

Diário Oficial



Estado do
Amapá

Poder
Executivo

Imprensa
Oficial

Seção
01

Ano 2021

• Nº 7.533

Quinta-feira, 28 de Outubro de 2021

<https://diofe.portal.ap.gov.br>

Seção 1

Poder Executivo

Antônio Waldez Góes da Silva
Governador

Jaime Domingues Nunes
Vice-Governador

Secretarias Extraordinárias

Secretaria E. em Brasília: Lilia Suely Amoras Collares de Souza
Secretaria E. dos Povos Indígenas: Eclêmilda Macial Silva
Secretaria E. de Pol. para a Juven.: Pedro Lourenço da Costa Neto
Secretaria E. de Políticas para Mulheres: Renata Apóstolo Santana
Secretaria E. de Políticas para os Povos Afrodescendentes: Joel Nascimento Borges

Órgãos Estratégicos de Execução

Gabinete do Governador: Marcelo Ignácio da Roza
Gabinete de Segurança Institucional: Cel. PM José Paulo Matias dos Santos - Interino
Controladoria Geral: Joel Nogueira Rodrigues
Procuradoria Geral: Narsen de Sá Galeno
Polícia Militar: Cel. QOPMC José Paulo Matias dos Santos
Polícia Civil: Antonio Uberlândio Azevedo Gomes
Corpo de Bombeiros: Cel. BM. Wagner Coelho Pereira
Polícia Científica: Salatiel Guimarães

Seção 2

Secretarias de Estado

Administração: Suelem Amoras Távora Furtado
Desenvolvimento Rural: Janer Gazel Yared
Cultura: Evandro Costa Milhomen
Comunicação: Gilberto Ubaiara Rodrigues
Ciência e Tecnologia: Rafael Pontes Lima
Desporto e Lazer: José Rudney Cunha Nunes
Educação: Maria Goreth da Silva e Sousa
Fazenda: Josenildo Santos Abrantes
Infraestrutura: Alcir Figueira Matos
Meio Ambiente: Josiane Andréia Soares Ferreira
Planejamento: Eduardo Corrêa Tavares
Desenvolvimento das Cidades: Luiz Carlos Gomes dos Santos Júnior
Saúde: Juan Mendes da Silva
Segurança: CEL PM RR José Carlos Corrêa de Souza
Transporte: Benedito Arisvaldo Souza Conceição
Trabalho e Empreendedorismo: Karla Marcella Fernandes Chesca
Turismo: Rosa Janaina de Lacerda Marcelino Abdon
Mobilização Social: Alba Nize Colares Caldas

Autarquias Estaduais e Órgãos Vinculados

Agência Amapá: Antônio Pinheiro Teles Júnior
SIAC-Super Fácil: Luzia Brito Grunho
EAP: Jorielson Brito Nascimento
IAPEN: Lucivaldo Monteiro da Costa
DETRAN: Inácio Monteiro Maciel
DIAGRO: Álvaro Renato Cavalcante da Silva
HEMOAP: Ruimarisa Pena Martins
IEPA: Jorge Elson Silva de Souza
IPEM: Cleiton Brandão da Rocha
JUCAP: Helder José Amaral Barbosa Santana
PROCON: José Luiz Amaral Pingarilho
PRODAP: José Lutiano Costa da Silva
RDM: Roberto Coelho do Nascimento
RURAP: Hugo Tibiriçá Paranhos Cunha
UEAP: Kátia Paulino do Santos
ARSAP: Gabriela Taís Bristo da Silva
CREAP: Amaury Barros Silva
Amapá Terras: Julhiano Cesar Avelar
SVS: Dorinaldo Barbosa Malafaia

Serviço Social Autônomo

AMPREV: Rubens Belnimeque de Souza

Fundações Estaduais

FAPEAP: Mary de Fátima Guedes dos Santos
FCRIA: Odilson Serra Nunes

Sociedades de Economia Mista

AFAP: Francisco de Assis Souza Costa
CAESA: Valdinei Santana Amanajás
CEA: Marcos do Nascimento Pereira
GASAP: William Bento dos Santos Pereira

Seção 3

Prefeituras, Órgãos Municipais e Particulares

MP: Ivana Lúcia Franco Cei
ALAP: Kaká Barbosa
TJAP: Rommel Araújo de Oliveira
DPE-AP: Diogo Brito Grunho
TCE: Michel Houat Harb.

Secretaria de Segurança



Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Instituto de Administração Penitenciária do Amapá
Coordenadoria da Penitenciária Feminina

Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Amapá

Macapá – AP
2021

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS.....	4
3. HISTÓRICO.....	5
4. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA PRISIONAL DESTINADO ÀS MULHERES NO ESTADO.....	6
5. INRAESTRUTURA FÍSICA.....	12
6. PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO.....	12
7. REDES PARCEIRAS.....	13
8. PLANO DE AÇÃO.....	14
8.1. Eixo Gestão.....	14
8.1.1. Comitê Gestor.....	14
8.1.2. Base de Dados.....	14
8.2. Promoção da Cidadania.....	15
8.2.1. Assistência Social.....	15
8.2.2. Saúde.....	15
8.2.3. Educação.....	17
8.2.4. Esporte.....	18
8.2.5. Cultura.....	18
8.2.6. Trabalho e Renda.....	18
8.2.7. Assistência Jurídica.....	19
8.2.8. Assistência Religiosa.....	19
8.2.9. Segurança.....	19
8.3. Eixo Maternidade e Infância.....	20
8.3.1. Maternidade e Infância.....	20
8.4. Eixo Modernização do Sistema Prisional.....	20
8.4.1. Aparelhamento.....	20
8.4.2. Uso de Tecnologia Digital.....	20
8.5. Eixo Formação e Capacitação de Servidores.....	21
8.5.1. Capacitação de Servidores.....	21
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO – FORMA DE ATUAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO ESTADUAL.....	21
10. ANEXOS.....	24
Anexo I.....	24
Anexo II.....	32

1. APRESENTAÇÃO

Apesar do encarceramento de mulheres no estado do Amapá não apresentar superlotação neste primeiro semestre de 2021, não há o que se comemorar, pois, mesmo sem *déficit* de vagas na unidade prisional feminina amapaense, o aprisionamento é uma realidade crescente, sem estar acompanhado do aumento de número de vagas.

Essa realidade de ausência de superlotação deu-se com advento da pandemia de Covid-19, e a consequente publicação da Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça, que orientou os Tribunais e magistrados na adoção de ações práticas para reduzir os efeitos do vírus no sistema prisional e socioeducativo. Dentre essas medidas, encontram-se a reavaliação de prisões provisórias, suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo, máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, concessão de prisão domiciliar, entre outras várias recomendações desencarceradoras. Assim, foi possível observar a redução em 50% da quantidade de mulheres presas.

No entanto, essa redução não perdurou, e já no final de 2020, algumas mulheres que foram beneficiadas no contexto da pandemia retornaram ao presídio por cometimento de novos crimes ou por descumprimento das medidas cautelares. Além do crescimento do número de prisões provisórias, que é uma curva ascendente em todo o país.

Deste grupo de mulheres, mais da metade se encontra encarcerada por crimes relacionados ao tráfico de drogas, seguidos de crimes contra o patrimônio, e depois crimes contra a pessoa. A maioria delas são jovens, mães e são responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam trabalho informal em período anterior ao aprisionamento.

Dessa maneira, considerando essa curva crescente do encarceramento em massa de mulheres, e que essa prisão tem demandas, necessidades e peculiaridades, o Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá, segue em busca da efetivação da dignidade às mulheres encarceradas, atendendo as diretrizes da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – Pnampe, que estabelece diretrizes para a atuação local, quais sejam:

I. Humanização das condições do cumprimento de pena garantindo direito à saúde, educação, alimentação, trabalho, segurança, proteção à maternidade e à infância, lazer, esporte, assistência jurídica e religiosa, atendimento psicossocial e demais direitos que lhes são garantidos;

II. Emprego de normas e procedimentos adequados as especificidades das mulheres no que tange ao gênero, idade, etnia, cor ou raça, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, deficiência física e mental e outras particularidades relevantes;

III. Combate a prevenção de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher em situação de privação de liberdade ou egressa do sistema penitenciário amapaense;

IV. Fortalecimento das ações articuladas com diversos órgãos estaduais dos Poderes Executivo e Judiciário para a implementação da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do sistema prisional;

V. Fomento à elaboração de estudos, organização e divulgação de dados, visando à consolidação de informações penitenciárias sob a perspectiva de gênero;

VI. Incentivo à participação das organizações da sociedade civil para o controle social dessa política;

VII. Inclusão da temática de encarceramento de mulheres nos processos de formação permanente de todos os servidores vinculados ao contexto do sistema penal;

VIII. Criação de mecanismos institucionais para que a construção e a adaptação das unidades penais sejam exclusivas e regionalizadas. Conforme normatizado na Resolução nº 09/2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

IX. Avanço ao desenvolvimento de ações integradas voltadas a assistência às pré-egressas e egressas do sistema prisional;

X. Promoção a identificação e monitoramento da condição de presas provisórias, com a implementação de medidas que priorizem seu atendimento jurídico e tramitação processual.

Nesse sentido, reitera os objetivos já estabelecidos no plano anterior (2018-2020), em conformidade com as possibilidades encontradas junto à rede parceira, em sua maioria componentes do comitê estadual. São eles:

I. Garantir a inclusão deste Plano Estadual na elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional;

II. Assegurar atendimento básico de saúde para todas as mulheres do sistema prisional do Estado;

III. Aprimorar a qualidade dos elementos constantes nos bancos de dados estaduais, contemplando as especificidades da mulher encarcerada;

IV. Incentivar a capacitação permanente a todos os servidores que atuam em estabelecimentos prisionais que custodiam mulheres sobre as particularidades do encarceramento feminino;

V. Fomentar a produção do conhecimento científico sobre o encarceramento feminino e seus impactos sociais.

2. ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS

O plano estadual de atenção às mulheres presas tem o intuito de fomentar a visibilidade do aprisionamento feminino e a atenção na resolução das demandas específicas de mulheres presas e egressas, baseadas na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade do Sistema Prisional – Pnampe, instituída por meio da Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014, com o objetivo de reformular as práticas do sistema prisional brasileiro estabelecendo diretrizes, metas e ações para qualificar a assistência às mulheres em privação de liberdade e egressas e promover a adaptação das políticas penitenciárias às especificidades desse público.

Para a construção do primeiro ciclo de execução do plano estadual, que ocorreu no período de agosto de 2018 a agosto de 2020, foi necessário instituir um comitê estadual para tratar de assuntos relacionados às mulheres no sistema prisional. Assim, em 18 de junho de 2018, foi publicada duas portarias conjuntas nº 01 e 02 – GAB/SEJUSP, que instituiu e nomeou os membros do Comitê Estadual de Atenção às Mulheres Presas e Egressas do Sistema Penitenciário – CEAMPE.

O comitê estadual é composto por 6 (seis) representantes das secretarias estaduais, quais sejam: Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública; Secretaria Extraordinária de

Políticas para as Mulheres; Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo; Secretaria do Estado da Saúde; Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social, 01 representante da Defensoria Pública do Estado do Amapá e 01 representante do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá, além de 01 (um) representante convidado: a Prefeitura Municipal de Macapá (anexo I).

Desse modo, a coordenação do comitê passou a ser exercida por um representante do IAPEN, que no presente momento, é função atribuída à Coordenadora da Penitenciária Feminina. Podendo ainda, ser convidados, para participar de reuniões, representantes de entidades privadas sem fins lucrativos, bem como especialistas, sendo a participação considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Posto isto, a Coordenadoria da Penitenciária Feminina do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá responsabilizou-se pela elaboração da Minuta da Política Estadual de Atenção Integral à Mulher Presa e Egressa do sistema penal Amapaense em conformidade com a Lei nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal, com os Pactos Internacionais, com a Portaria Interministerial nº 210/2014-MJ, com a Política Nacional de Atenção à Mulher em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional e demais documentos que orientam a construção da política estadual, propondo um novo modelo de tratamento penal à mulher, a fim de garantir as condições mínimas de estrutura na esfera pessoal, física e financeira para possibilitar todas as assistências necessárias que corroboram para o amadurecimento e a reintegração desta mulher na sociedade.

3. HISTÓRICO

Em novembro de 2020, a Diretoria Geral do Departamento Penitenciário Nacional encaminhou a Nota Técnica nº 101/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ e o Guia Orientativo para estruturação da produção do novo ciclo dos Planos Estaduais de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.

O contexto da pandemia, com a conseqüente necessidade de afastamento social, impossibilitou as tratativas com os demais órgãos membros do comitê estadual, entretanto, no dia 16 de março de 2021 ocorreu a primeira reunião para tratar sobre a construção do novo plano, com a participação da coordenadora da Penitenciária Feminina, Elizangela Gomes, e os pontos focais servidoras do IAPEN: Dayane Oliveira da Silva, Evellin Paola de Andrade Machado, Magda Azevedo Pinto, Nazaré da Silva Batista e Silvana Pires Cordeiro. Os demais encontros semanais posteriores tiveram que ser realizados virtualmente em decorrência do agravamento da situação sanitária no estado.

Para colaborar na elaboração do novo ciclo, os estados tiveram à disposição na produção consultores contratados por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com a finalidade de auxiliar os estados em seus respectivos planos, de modo que haja homogeneidade das ações nas 27 unidades federativas do país.

A primeira reunião com a consultora da região norte, Lucia Sestoka, aconteceu em 05 de abril de 2021, onde foi apresentado pelos pontos focais um breve panorama do contexto de cada estado. O segundo encontro deu-se em 14 de abril, e foi abordado o desenvolvimento dos planos

estaduais. Nessa reunião foi relatada a dificuldade de contatar outros atores, pois a mobilização disponível era apenas virtual e que os pontos focais já estavam fazendo uma avaliação das ações anteriores para estruturação do plano fornecido pela DIAMGE.

No dia 22 de abril, a reunião foi individual contando com a presença apenas dos pontos focais do estado do Amapá. Neste encontro, foi acordado que após o preenchimento dos formulários disponibilizados pela consultora, seriam feitas novas reuniões individuais para dar continuidade ao processo de construção. Mais também, restou acordado que a consultora atuaria no suporte para a consolidação dos diagnósticos, revisão das metas e respaldo no contato com outros atores da forma que foi demandado por cada estado.

Em 02 de maio, foi enviado a consultora o rascunho dos eixos temáticos já providenciados para avaliação e revisão, sendo devidamente devolvidos com as observações necessárias. No entanto, a articulação das demais estratégias a serem trabalhadas acabou sendo atropelada pela necessidade do serviço interno da Coordenadoria da Penitenciária Feminina, o que ocasionou atraso na finalização do plano.

A oportunidade de ter uma consultoria para ajudar na estruturação dos planos estaduais foi uma experiência positiva, uma vez que os estados puderam aproximar-se através das reuniões virtuais e conhecer a realidade de outras unidades prisionais através dos relatos dos pontos focais. Bem como, o empenho da consultora foi importante para dirimir as dúvidas surgidas no processo de elaboração do plano de ações.

4. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA PRISIONAL DESTINADO ÀS MULHERES NO ESTADO

- a) Quantidade de mulheres presas por regime de cumprimento de pena:

Estabelecimento Prisional: Penitenciária Feminina

Prisão/Regime	Total
Provisório	46
Prisão Civil	0
Regime Fechado	26
Regime Semiaberto	7
Regime Aberto	3
Medida de Segurança de Internação	0
Medida de Segurança de Tratamento Ambulatorial	0
Soma	82*

*Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 4/9/2021.

Estabelecimento Prisional: Centro de Custódia de Oiapoque

Prisão/Regime	Total
Provisório	1
Regime Semiaberto	2

Soma	3*
------	----

*Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 4/9/2021.

Estabelecimento Prisional: Centro de Custódia Especial

Prisão/Regime	Total
Provisório	0
Soma	0*

*Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 4/9/2021.

b) Tipos e quantidades de estabelecimentos prisionais exclusivos femininos e mistos:

1. COORDENADORIA DA PENITENCIÁRIA FEMININA – COPEF: constitui uma unidade de execução programática pertencente ao Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá; caracteriza-se como um estabelecimento prisional exclusivo feminino, fica situado na cidade de Macapá, capital do estado.

2. CENTRO DE CUSTÓDIA DO OIAPOQUE – CCO: é um estabelecimento prisional misto com finalidade de alojar somente presos provisórios, tanto homens quanto mulheres. Fica localizado na cidade de Oiaoque, ao norte do estado. A criação de um centro de custódia misto no referido município, que conta com um pouco mais de 25 mil habitantes, se fez necessária, pois fica situado no interior do Estado, distante aproximadamente 589 km da capital, além da distância, a precariedade da estrada torna as viagens mais demoradas e perigosas. Devido a isso, homens e mulheres que ainda aguardam julgamento permanecem lá alojados, sendo transferidos para o Instituto em Macapá somente após condenação, não apenas pelo desgaste da viagem, mas principalmente para permanecerem na comarca em que estão sendo julgados e próximos à família. Vale ressaltar que, dentro das condições que o município oferece, toda assistência é prestada aos reeducandos e reeducandas que aguardam julgamento no Centro.

3. CENTRO DE CUSTÓDIA ESPECIAL – CCE: é um estabelecimento prisional misto situado na capital do estado, Macapá, com finalidade de alojar presos provisórios e condenados, tanto homens quanto mulheres servidores e ex-servidores da segurança pública. Recentemente, foi adaptado um alojamento para receber mulheres em situação de privação de liberdade.

c) Tipificação criminal:

Estabelecimento Prisional: Penitenciária Feminina

Norma: Código Penal

	Tipo penal	Total
	Ameaça	2
	Dano	1
	Desacato	1
	Estelionato	2
	Estupro de Vulnerável	1
	Falsidade Ideológica	1
	Furto Qualificado	7

Furto Simples	7
Furto Simples/Tentado	1
Homicídio Qualificado	8
Homicídio Simples	1
Latrocínio (art. 157, § 3º, 2ª parte)	2
Lesão Corporal	1
Lesão Corporal de natureza leve	1
Maus tratos	2
Quadrilha ou bando	1
Receptação	1
Resistência	1
Roubo Qualificado	8
Roubo Qualificado/Tentado	1
Roubo Simples	3

Norma: Estatuto do Desarmamento

	Tipo penal	Total
Posse irregular de arma de fogo de uso permitido		2
Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito		1

Norma: Lei da Organização Criminosa

	Tipo penal	Total
Organização Criminosa		3

Norma: Tráfico de Drogas

	Tipo penal	Total
Associação para o tráfico		4
Tráfico de Drogas		78

Norma: Tráfico de Tóxicos

	Tipo penal	Total
Tráfico de Entorpecente		1

Total de Tipificações	143**
-----------------------	-------

*Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 4/9/2021.

**Há mulheres que incidem em dois ou mais artigos.

d) Capacidade de vagas e *déficit* de vagas por estabelecimento

Estabelecimento Prisional: Penitenciária Feminina				
Prisão/Regime	Capacidade de Custódia	Lotação Atual	Déficit de Vagas	
Provisório	48	46	-	
Fechado	32	26	-	
Semiaberto e Aberto	58	10	-	
Medida de Segurança de Internação	1	0	-	
Total**	138	82	-	

** Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 4/9/2021.

Estabelecimento Prisional: Centro de Custódia de Oiapoque			
Prisão/Regime	Capacidade de Custódia	Lotação Atual	Déficit de Vagas
Provisório/Condenado	12	3	-

* Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 4/9/2021.

Estabelecimento Prisional: Centro de Custódia Especial			
Prisão/Regime	Capacidade de Custódia	Lotação Atual	Déficit de Vagas
Provisório/Condenado	5	0	-

* Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 4/9/2021.

e) Quantidade de mulheres gestantes:

Unidade Prisional	Presas Gestantes
Penitenciária Feminina	1
Centro de Custódia de Oiapoque	
Centro de Custódia Especial	00
Total*	1

* Dados coletados conforme relatório da Enfermaria /COPEF/IAPEN em 6/9/2021.

f) Quantidade e idade de crianças por estabelecimento prisional:

Unidade Prisional	Crianças
Penitenciária Feminina	0
Centro de Custódia de Oiapoque	0
Centro de Custódia Especial	0
Total*	0

* Dados coletados conforme fichas de acolhimento/Psicossocial/COPEF/IAPEN em 4/9/2021.

g) Quantidade de mulheres por faixa etária/idade:

Unidade Prisional	Faixa Etária (anos)	Quantidade de presas	Total*
Penitenciária Feminina	18 a 24	27	82
	25 a 29	14	
	30 a 34	16	
	35 a 45	19	
	45 a 60	5	
	Não informado	1	
Centro de Custódia de Oiapoque	25 a 29	2	3
	61 a 70	1	
Centro de Custódia Especial	-	-	-

* Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 4/9/2021.

h) Quantidade de mulheres por grau de escolaridade:

Unidade Prisional	Grau de Escolaridade	Quantidade de presas	Total*
Penitenciária Feminina	Não informado	3	82
	Não definido	2	
	Não Alfabetizado	1	
	Fundamental incompleto	37	
	Médio	10	
	Médio incompleto	22	
	Superior	5	
	Superior incompleto	2	
Centro de Custódia de Oiapoque	Médio incompleto	1	1
Centro de Custódia Especial	-	-	-

* Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN em 04/09/2021.

i) Realizando atividades laborais e atividades escolares:

Atividades Laborais

Estabelecimento Prisional: Penitenciária Feminina

Descrição das Atividades	Quantidade de Vagas Disponíveis	Quantidade de Presas	Regime
Trabalho externo (benefício de deixar as dependências da Penitenciária Feminina para exercer trabalho externo sem escolta)	40	0 (Resolução nº 62/2020 -CNJ)	0-Semiaberto
Atividade Laboral na área externa/IAPEN (limpeza do prédio Anexo com escolta)	4	2	2-Fechado

Atividade Laboral nas áreas internas/COPEF (limpeza da área da administração, pavilhões, quadras e demais áreas internas).	47	34	9-Provisório 22-Fechado 1-Aberto 2-Semiaberto
Soma *	51	36	-

* Dados coletados no Boletim Interno nº 35/2021 da Penitenciária Feminina/IAPEN válido de 31/8 a 6/9/2021.

Atividades Escolares: referente ao ano letivo de 2020.
Estabelecimento Prisional: Penitenciária Feminina

Turmas E. E. São José	Nº de Matrículas realizadas	Cursando*	Regime
1ª etapa fundamental	3	1	4 - Provisório 13 - Fechado 1 – Semiaberto
2ª etapa fundamental	2	2	
3ª etapa fundamental	7	3	
4ª etapa fundamental	16	4	
1ª etapa ensino médio	4	3	
2ª etapa ensino médio	6	6	
Soma	38	19	

*Até a data de 4/9/2021, o ano letivo referente a 2020 não havia sido concluído em virtude da pandemia de Covid-19. Dados coletados conforme Ofício nº 74/2021-E.E. São José.

j) Quantidade de visitas:

Unidade Prisional	Visitantes outros	Visitantes Criança	Visitantes Companheiros (a)	Total*
Penitenciária Feminina	59	0	10	69

* Dados coletados no Sistema de Informações Penitenciárias do IAPEN referente ao período de 18/7 a 5/9/2021, atendendo ao cronograma de visitação presencial previsto na Portaria nº 151 de 22 de junho de 2021-GAB/IAPEN (anexo II).

k) Quantidade populacional de LGBTQI+:

Unidade Prisional	Orienta�o Sexual	Quantidade	Total
Penitenciária Feminina	Heterossexual	66	82*
	Bissexual	6	
	L�sbica	10	
	Transexual	0	
Centro de Custódia Especial		0	0

* Dados coletados em fichas de acolhimento Psicossocial/COPEF/IAPEN em 4/9/2021.

5. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Infraestrutura Física	Penitenciária Feminina	Centro de Custódia do Oiapoque	Centro de Custódia Especial
Escola	1	0	0
Enfermaria	1	0	0
Biblioteca	0	0	1
Creche	0	0	0
Berçário	1	0	0
Brinquedoteca	1	0	0
Consultório Odontológico	1	0	0
Sala de Atendimento Psicossocial	1	1	1
Sala de Assistência Material	1	0	0
Espaço Arte	1	0	0
Sala de Oração	1	0	0
Refeitório	1	0	1

A Penitenciária Feminina conta ainda com dois amplos salões, um em cada pavilhão, destinados à visita social.

6. PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

O Instituto de Administração Penitenciária do Amapá, órgão executor das políticas penitenciárias do Estado, possui um orçamento destinado ao custeio de todo o instituto, incluindo ações tanto para homens quanto mulheres. Assim, ainda não há uma fonte exclusiva de financiamento do Estado para atenção às mulheres nas unidades prisionais. As ações apoiadas pelo Governo Federal são realizadas através de convênios entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional.

Vale destacar que 90% dos recursos destinado ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá são utilizados para o pagamento da alimentação dos presos, o que limita consideravelmente o custeio de outras ações pelo instituto, e não há, ainda, qualquer projeto que vise uma redução desse gasto, como por exemplo um plantio de frutas e legumes para otimizar os gastos, e por ser de primordial importância que se proporcione uma alimentação equilibrada e de qualidade, prioriza-se tais gastos.

Atualmente, não há ações apoiadas com recursos provenientes de parcerias, e tão pouco, financiamento provenientes de secretarias de estado.

Ressalta-se que para garantir a inclusão de ações e projetos específicos para as mulheres, faz-se necessário a inclusão das ações na elaboração do Plano Plurianual, que é realizada em conjunto com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

7. REDES PARCEIRAS

A Coordenadoria da Penitenciária Feminina integrante do Sistema Penitenciário do Estado do Amapá desde novembro de 2005, vem buscando nos últimos anos assegurar às reeducandas todas as garantias e assistências previstas na Lei nº 7210/84, além dos demais dispositivos que garantem o cumprimento humanizado da pena, para isso vem firmando convênios e acordos ao decorrer dos anos com diversos órgãos e instituições.

Com o início da pandemia em 2020, muitos projetos precisaram ser interrompidos. Entretanto, com os devidos cuidados foram mantidas as parcerias com a Prefeitura de Macapá e com a Prefeitura de Santana, através dos projetos “Liberdade e Cidadania” e “Transformando Vidas”, respectivamente; confecção de máscaras de tecido em parceria com a OAB/AP que foram distribuídas para as mulheres reclusas e doadas ao Abrigo São José e à Casa da Hospitalidade; implementação e execução de visitas virtuais, através de vídeo chamadas, para permitir e manter a comunicação e laços familiares; promoção de sessões de filmes e leitura semanais com acompanhamento de psicólogo, para proporcionar momentos de descontração e reflexão, além de ações de saúde, como PCCU, testagem para covid-19, malária, exames de sangue de rotina, ultrassonografia, mamografia, dentre outros.

Todas essas ações, exceto a confecção de máscaras, foram continuadas em 2021, ano em que foi iniciada uma nova parceria com a PMM e o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá – TJAP, com o projeto “Verde Liberdade”, que já foi iniciado com aulas teóricas e prevê a instalação de áreas de cultivo na Copef; e ainda com o Escritório Social, que tem como objetivo acolher e encaminhar egressos do sistema prisional e seus familiares para as políticas públicas existentes.

Além disso, foi firmada parceria com o SENAI e SEBRAE para a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes que tiveram início no segundo semestre; também houve a promoção de eventos em dias comemorativos, como dia das mães e dia das mulheres, com observância a todas as restrições impostas pela pandemia; e ainda, a vacinação para covid-19, primeira dose, para todas as internas.

As assistências básicas foram e continuam sendo aperfeiçoadas a fim de garantir saúde física e mental sobretudo nesse momento de crise mundial. A assistência material foi mantida pelo Instituto nos períodos críticos da pandemia em que os familiares estavam impedidos de entregar materiais, e por muitas vezes através de doações, solicitadas pela Coordenadoria da Penitenciária Feminina a instituições parceiras.

Já assistência à saúde foi aperfeiçoada com a finalidade de atender às novas normas exigidas para prevenção e tratamento da Covid-19, a equipe de saúde em conjunto com a Coordenação elaborou estratégias para o enfrentamento, além de assegurar a devida atenção às demais demandas. Atualmente, a equipe de atenção à saúde é composta por uma enfermeira, uma técnica em enfermagem e uma médica, que ativam a enfermaria de segunda a sexta, além de escalas de sobreaviso e entrega de medicação controlada aos fins de semana, integram ainda, o quadro, dois odontólogos, uma técnica em saúde bucal e um psicólogo que realizam atendimento diariamente.

É importante ressaltar que as salas da enfermaria e do médico, em conjunto com a farmácia, o berçário, a sala de aleitamento e a brinquedoteca compõem o complexo materno-infantil da Penitenciária Feminina, uma grande conquista adquirida através de convênio com o

Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, um diferencial do Estado do Amapá na assistência às gestantes, puérperas e lactantes em privação de liberdade.

Por sua vez, a assistência educacional é garantida pela ofertada de cursos técnicos e profissionalizantes, e ainda pela Escola São José, escola estadual que atua dentro da COPEF.

A assistência jurídica é garantida pelo livre acesso de advogados e pela Defensoria Pública do Estado do Amapá, que com o advento da pandemia atende virtualmente por duas vezes na semana;

A assistência social é mais uma assistência garantida com excelência por atuar pontualmente em atendimento a reeducanda e ao familiar, no diálogo com parceiros, com visitas domiciliares, na promoção da visita virtual, dentre os demais aspectos sociais;

Ademais, a assistência religiosa, que é realizada com o auxílio de equipes religiosas externas, atualmente é garantida pela entrega, proveniente de doações, de bíblias, jornais, panfletos e livros religiosos, uma vez que os líderes religiosos não estão adentrando o presídio em razão da pandemia.

8. PLANO DE AÇÃO

8.1. Eixo Gestão

EIXO	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
8.1.1. Comitê Gestor	Institucionalizar um comitê gestor intersetorial em atenção às mulheres presas e egressas incluindo servidores de Organismo de Políticas para Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres ou Secretaria de Direitos Humanos	SEJUSP IAPEN	Outubro/2021
	Realizar 5 reuniões anuais do comitê gestor de atenção às mulheres presas e egressas com a produção de atas.	Comitê gestor e Copef	Outubro/2021 Janeiro, Abril, Julho e Dezembro/ 2022
	Enviar as 5 atas de reunião do comitê gestor estadual ao comitê gestor da PNAMPE (MJSP e SNPM), sempre após a última reunião anual	Comitê gestor e Copef	Outubro/2021 Janeiro, Abril, Julho e Dezembro/ 2022
8.1.2. Base de dados	Adequar o sistema informatizado do estado para manter atualizado, os dados específicos das mulheres presas – grávidas, com filhos até 12 anos ou deficientes, lactantes, parturientes e idosas, bem como dados de mulheres beneficiadas por indulto e habeas corpus coletivo.	IAPEN	Dezembro/ 2021

	Coletar dados especificados acima através de relatório próprio enquanto não há atualização do Banco de Dados do IAPEN para controle e gerência das informações.	Copef	Outubro/2021
	Enviar mensalmente à Defensoria Pública, Vara da Infância e Juventude e Vara de Execução Penal / Criminal listagem de mulheres presas na condição de mães com filhos de até 12 anos ou deficientes, grávidas, lactantes e parturientes e idosas.	Copef	Outubro/2021
	Fomentar junto aos Centros de Custódia do Oiapoque e Especial o envio de informações à Defensoria Pública, Vara da Infância e Juventude e Vara de Execução Penal referente à listagem de mulheres presas na condição de mães com filhos de até 12 anos ou deficientes, grávidas, lactantes e parturientes e idosas.	Gabinete/IAPEN Copef	Outubro/2021

8.2. Promoção da Cidadania

EIXO	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
8.2.1 Assistência Social	Manter atualizada a listagem de mulheres com filhos de até 12 anos ou deficientes, grávidas, lactantes e parturientes, além de estrangeiras e indígenas.	COPEF Psicossocial	Outubro 2021
	Manter atualizado o levantamento de dados de pessoas LGBTQI+ com nome social, orientação sexual e identidade de gênero.	COPEF Psicossocial	Outubro 2021
	Organizar atividades de acolhimento de crianças que visitam suas mães.	COPEF Psicossocial	Janeiro 2022
	Convidar formalmente o Organismo de Políticas para Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres ou Secretaria de Direitos Humanos para executar capacitação com mulheres presas sobre inserção das mulheres no mundo do trabalho e autonomia financeira.	COPEF Psicossocial	Janeiro 2022
	Realizar ações com visitas de mulheres presas, incluindo seus filhos, enviando relatório semestral sobre essas atividades ao comitê gestor intersetorial, à Coordenação de Assistência Social e Religiosa do Depen e à Secretaria Nacional de Políticas para	COPEF e parceiros	Março Maio Outubro Dezembro 2021/2022

	Mulheres, solicitando atendimento a alguma demanda, se necessário.		
	Realizar interlocução com a Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social-SIMS e Escritório Social para estabelecer fluxo de atendimento aos familiares de pessoas em privação de liberdade e egressas do sistema prisional.	Copel Escritório Social SIMS	Outubro/ 2021
	Manter a parceria com Tribunal de Justiça para o projeto “Eu existo! Registro Legal do preso” objetivando a oferta de diversas ações como serviço de justiça, expedição de carteira profissional, RG, entre outros.	Copel TJAP Escritório Social	Outubro/ 2021
	Disponibilizar informações aos familiares sobre a condição de saúde de mulheres presas.	Copel Psicossocial	Outubro/ 2021
	Manter a visita virtual entre mulheres presas e seus filhos, pais e cônjuges, através de videoconferência, fazendo uso de aplicativos gratuitos, com vistas a não perder o contato familiar	Copel Psicossocial	Outubro/ 2021
	Manter a sessão de cinema com filmes que possuam temática positiva.	Copel Psicossocial Tratamento	Outubro/ 2021
8.2.2 Saúde	Manter o acolhimento de saúde no momento do ingresso de mulheres em unidade prisionais que inclua avaliação ampla para determinar a necessidade de cuidados de saúde básicos, e também, deverá determinar: <ul style="list-style-type: none"> a) Testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites B e C; b) Exame Diagnóstico de tuberculose; c) Exames de sintomáticos dermatológicos para diagnóstico de hanseníase ou outras dermatoses de interesse sanitário; d) Coletar material para baciloscopia direta, para pesquisa de Baar; e) Realizar o teste de glicemia capilar, verificação da Pressão arterial e IMC; 	Copel Enfermaria	Outubro/ 2021
	Observar os procedimentos de porta de entrada das mulheres ao ingresso no sistema prisional, de acordo com Nota Técnica n.º 17/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ.	Copel Enfermaria Tratamento Penal	Outubro/ 2021

	Manter a ação conjunta com a secretaria de saúde do Estado e do Município para ofertar às mulheres presas assistência à saúde especializada, devido a carência de profissional no instituto, garantindo a oferta da atuação integral na rede de serviços SUS.	Copef Enfermaria SESA SEMSA	Outubro/ 2021
	Manter atualizados os dados quantitativos de mulheres presas com doenças crônicas e/ou respiratórias para posterior envio ao comitê gestor intersetorial, à Coordenação de Saúde do Depen, à Secretaria de Saúde do Estado e Defensoria Pública.	Copef Enfermaria	Outubro/ 2021
	Produzir relatório semestral sobre atividades de saúde, contemplando todas as unidades prisionais femininas ou mistas, e enviar ao comitê gestor intersetorial, à Coordenação de Saúde do Depen, à Secretaria de Saúde do Estado e à Coordenação de Saúde Prisional do Ministério da Saúde, solicitando atendimento a alguma demanda, se necessário.	Copef Enfermaria	Janeiro Julho Dezembro 2022
	Prosseguir nas ações voltadas ao público feminino, como por exemplo Outubro Rosa, combate à Violência Doméstica, combate as Drogas, dentre outros, acompanhando o calendário local e do Ministério da Saúde.	Copef Enfermaria SESA SEMSA	Outubro/ 2021
	Saúde Bucal: Promover ações de prevenção e orientação sobre higiene bucal e autoexame da boca; Manutenção da Parceria com a Prefeitura de Macapá para fornecimento de kits de higiene bucal às internas;	Copef Consultório Odontológico	Outubro/ 2021
	Imunização: Realizar mutirão de vacinas em períodos específicos agendados pelo Ministério da Saúde.	Copef Enfermaria SESA SEMSA	Outubro/ 2021
	Garantir pré-natal humanizado com referência às maternidades de acordo com a estratificação do risco gestacional, assim como recursos humanos necessários à atenção pré-natal e assistência materno-infantil;	Copef Enfermaria SESA SEMSA	Outubro/ 2021
	Inserir mulher grávida, lactante e mãe com filho em local específico e adequado com disponibilização de atividades condizentes à	Copef Enfermaria Psicossocial	Outubro/ 2021

	sua situação, contemplado atividades lúdicas e pedagógicas;		
	Conservar a atenção integral à saúde de todas as crianças, filhos de mulheres privadas de liberdade, acolhidas junto a sua mãe no período legalmente permitido, assegurando a cobertura vacinal, acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e realização de exames e consultas médicas.	Copef Enfermaria Psicossocial SEMSA	Outubro/ 2021
	Garantir a saúde das mulheres privadas de liberdade durante a pandemia da covid-19, estabelecendo medidas de enfrentamento de emergência, conforme Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020;	Gab/IAPEN Copef Enfermaria SESA SEMSA	Outubro/ 2021
	Articular junto à instância Municipal a adesão do Município de Macapá à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional/PNAISP instituída pelo Ministério da Saúde;	IAPEN SESA SEMSA	Fevereiro/ 2022
8.2.3 Educação	Apresentar estratégia para aumento em 10% no índice de mulheres presas em atividades de educação formal(*).	Copef Escola São José Tratamento Penal	Janeiro 2022
	Apresentar estratégia para aumento em 10% no índice de mulheres presas em atividades de remição pela leitura(*).	Copef Escola São José Tratamento Penal	Dezembro/ 2021
	Produzir relatório semestral sobre atividades de educação, contemplando todas as unidades prisionais femininas ou mistas, e enviar ao comitê gestor intersetorial, à Coordenação de Educação do Depen, solicitando atendimento a alguma demanda, se necessário .	Copef Tratamento Penal	Janeiro, julho e dezembro/ 2022
	Realizar palestras motivacionais e oficinas temáticas, a fim de incentivar as mulheres privadas de liberdade a fazer matrícula e concluir a Educação básica (anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Médio) e modalidade.	Copef Escola São José	Janeiro/ 2022
	Formar parcerias com instituições privadas de ensino superior para implantação de tele salas, núcleos de tecnologias educacionais	IAPEN	Fevereiro/ 2022

	destinados a oferta de cursos e atividades em educação a distância.		
	Criar a Biblioteca da Unidade Feminina.	Gab/IAPEN Copef Tratamento Penal Escola São José	Março/2022
8.2.4. Esporte	Executar mensalmente atividades esportivas, podendo ser jogos de tabuleiro, dança ou relaxamento.	Copef SEDEL Escola São José	Outubro/ 2021
8.2.5. Cultura	Executar semestralmente atividades de sarau literário e/ou música, cinema, teatro etc.	Copef Psicossocial Tratamento Penal	Outubro/ 2021
8.2.6. Trabalho e Renda	Apresentar estratégia para aumento em 10% no índice de mulheres presas em atividades de laborais(*).	Copef Psicossocial Tratamento Penal	Dezembro 2021/2022
	Produzir relatório semestralmente sobre atividades laborais desenvolvidas na COPEF e enviar ao comitê gestor intersetorial, a Coordenação de Educação do Depen, solicitando atendimento a alguma demanda, se necessário.	Copef Psicossocial Tratamento Penal	Janeiro, julho e dezembro/ 2022
	Organizar mostra laboral estadual de itens produzidos em unidades femininas	Copef Psicossocial Tratamento Penal	Dezembro 2021/2022
	Mapear habilidades e vocações desde a entrada na prisão, para recrutamento e seleção de vagas nas unidades prisionais.	Copef Psicossocial	Outubro/ 2021
	Manter Termo de Cooperação entre TJAP, SEBRAE e IAPEN para oferta de oficinas sobre empreendedorismo e cooperativas sociais.	IAPEN TJAP SEBRAE	Outubro/ 2021
	Buscar parcerias com empresas públicas e privadas para a oferta de trabalho remunerado para mulheres privadas de liberdade.	IAPEN	Março/2021
	Fomentar junto a PMM e PMS o aumento do número de vagas nos projetos: "Liberdade e Cidadania" e "Transformando vidas".	Copef TJAP PMM PMS	Março/2021

	Fortalecer as parcerias para ofertas de cursos profissionalizantes no interior do estabelecimento penal, presencial ou online.	Copef SEBRAE SENAI	Outubro/ 2021
	Criar a cooperativa de trabalho para mulheres presas no Amapá.	Copef Tratamento Penal TJAP	Agosto/2022
	Promover a inserção das mulheres pré-egressas e egressas no mercado de trabalho.	Copef TJAP Escritório Social	Outubro/ 2021
8.3.7. Assistência Jurídica	Solicitar formalmente mutirão da Defensoria Pública Estadual, sempre que existir percentual igual ou superior a 5% de presas sem atendimento jurídico.	Copef Defensoria Pública	Janeiro e agosto/2022
	Manter acompanhamento jurídico semanal realizado pela Defensoria Pública.	Copef Defensoria Pública	Outubro/ 2021
	Promover o levantamento das mulheres privadas de liberdade que se enquadrem nas portarias de Indulto expedidas anualmente e encaminhá-lo para apreciação judicial.	Copef Defensoria Pública TJAP	Outubro/ 2021
8.3.8. Assistência Religiosa	Identificar as religiões de mulheres em privação de liberdade e viabilizar, a depender de manifestação de vontade, as atividades religiosas de cada grupo identificado.	Copef Igrejas e Pastoral Carcerária	Janeiro/2022
	Capacitar os integrantes dos segmentos religiosos sobre normas e procedimentos institucionais.	Copef Igrejas e Pastoral Carcerária	Janeiro/2022
8.3.9. Segurança	Convidar formalmente, o Organismo de Políticas para Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres ou Secretaria de Direitos Humanos para executar treinamento com servidores sobre as especificidades de gênero.	Copef SEPM	Outubro/ 2021
	Promover oficinas acerca da padronização de procedimentos de revista de visitantes no sistema penal, que ocorrerá de acordo com as normas internas, diferenciando o procedimento realizado nos casos de disponibilidade de todo o material necessário	Copef UVD	Abril/ 2021

	(scanner corporal, banco, dentre outros) do procedimento sem o devido suporte.		
--	--	--	--

8.3. Eixo Maternidade e Infância

EIXO	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
8.3 Maternidade e Infância	Alocar mulheres acompanhadas de crianças em local apartado do restante das presas, garantindo que a alocação tenha espaço para aleitamento materno, lixeira com tampa, chuveiro aquecido, se preciso, cama, colchão, lençol, travesseiro, boa ventilação e iluminação, água corrente e potável disponível 24h e de fácil acesso ao setor de saúde e de assistência social.	IAPEN	Outubro/2021
	Garantir que todo procedimento realizado com mulheres presas acompanhadas de crianças seja feito através de servidores(as) fazendo uso de equipamento profissional de saúde (EPI) tais como máscaras, luvas, óculos e que os espaços sejam constantemente higienizados com produtos eficazes na eliminação de bactérias e vírus como covid-19.	Copel Enfermaria Plantonistas	Outubro/2021
	Garantir o direito de amamentação do filho(a) de mulher presa, respeitando o período mínimo de amamentação e de convivência da mulher com seu filho, conforme disposto na resolução nº 04 de 15 de julho de 2009, sem prejuízo do disposto no art. 89 da Lei nº 7.210/84.	Copel Enfermaria Psicossocial	Outubro/2021

8.4. Eixo Modernização do Sistema Prisional

EIXO	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
------	------	--------------	------------

8.4.1. Aparelhamento	Produzir relatório de itens que a Coordenadoria da Penitenciária Feminina precisa obter para atividades de custódia.	Copef	Setembro/2021
8.4.2. Uso de tecnologia digital	Manter a execução das atividades de visitas virtuais entre mulheres presas e familiares cadastrados em todas as unidades prisionais femininas ou mistas.	Copef CCO CCE	Outubro/2021

8.5. Eixo Formação e Capacitação de Servidores

EIXO	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
8.5.1. Capacitação de servidores	Divulgar amplamente entre todos os servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Amapá o Plano Estadual de Atenção às Mulheres em situação de privação de liberdade e egressas.	GAB/IAPEN Copef	Outubro/2021
	Divulgar amplamente e orientar os servidores que atuam na Penitenciária Feminina quanto ao conteúdo das notas técnicas publicadas pelo Depen.	Copef	Outubro/ 2021
	Fomentar junto a Escola de Administração Penitenciária/ESAP a implementação na matriz curricular de Curso de Formação de servidores penitenciários de temas específicos que contemplem: a identidade de gênero; especificidades da presa estrangeira; orientação sexual, direitos sexuais e reprodutivos; abordagem étnico-racial; prevenção da violência contra mulher; saúde da mulher, inclusive mental, e dos filhos inseridos no contexto prisional; acessibilidade, dependência química; maternidade; desenvolvimento infantil e convivência familiar; arquitetura prisional, e direitos e políticas sociais, Regras de Bangkok.	Copef ESAP	Setembro/ 2021
	Solicitar à ESAP a disponibilidade de treinamento e capacitação para servidores lotadas na Penitenciária Feminina quanto temas específicos relacionados às mulheres, população LGBTQI+, idosas, estrangeiras, indígenas e pessoas com deficiência.	Copef ESAP	Outubro/ 2021
	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nas unidades femininas quanto a saúde mental.	Copef ESAP	Outubro/ 2021

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO – FORMA DE ATUAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO ESTADUAL

O Plano Estadual de Atenção à Mulher Presa e Egressa do Estado do Amapá é um plano operacional com ações essenciais que viabilizam a garantia de direitos de mulheres encarceradas, bem como proporciona um cumprimento de pena com dignidade, que devem ser realizadas em prazo determinado (2020-2022), onde o estado do Amapá através da Secretaria de Segurança Pública e do Instituto de Administração Penitenciária juntamente com as redes parceiras

e a sociedade civil organizada congregarão esforços, recursos e ações com vistas a sua efetiva implantação e execução.

O monitoramento é um importante instrumento para acompanhar metas e prazos de execução das ações, visando analisar os indicadores para mensurar se os resultados esperados foram alcançados. A avaliação, por sua vez, é um momento reflexivo, que avalia todo o processo e resultado a fim de verificar a efetivação da política pública por meio das ações que estão sob a responsabilidade de cada órgão ou instituição parceira.

Nesse sentido, caberá ao Comitê Estadual o monitoramento e a avaliação do plano com a finalidade de promover a articulação entre os órgãos e entidades envolvidas na implementação das suas ações programáticas; estabelecer indicadores para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do plano, acompanhar a implementação das ações e recomendações; e ocorrerá da seguinte forma: o monitoramento se dará através de reuniões trimestrais para que caso ocorram erros, seja possível corrigi-los em tempo hábil, e a avaliação ocorrerá através de Seminário de Monitoramento e Avaliação do PEAMPE/AP. Com base nos prazos estipulados no plano de ação e na busca de parcerias para concretizar o que está proposto, sendo definido o seguinte calendário:

CRONOGRAMA	AÇÃO	FINALIDADE
Outubro/2021	MONITORAMENTO	Logo após a criação e implementação do plano estadual, deverá ocorrer a primeira reunião para que cada componente do Comitê Estadual tenha ciência de suas atribuições e competências dentro da implementação, execução e monitoramento do plano; serão discutidas ainda propostas, ideias, estratégias e indicadores que contribuam para o andamento e desenvolvimento das propostas.
Janeiro/2022 Abril/2022	MONITORAMENTO	Serão realizadas reuniões ordinárias trimestralmente com o objetivo de acompanhar as ações realizadas, os resultados e os avanços obtidos, que serão apresentados por cada órgão constituinte do comitê através de “Relatório Trimestral de Atividades”, que deverá conter também as possíveis falhas, o que pode ter ocasionado a mesma e as possíveis soluções; e ainda, serão discutidas as ações seguintes, ideias, propostas, estratégias e indicadores que contribuam para o andamento e desenvolvimento das atividades.
Julho/2022	AValiação	Será realizada uma avaliação parcial da PEAMPE/AP, através da realização de um seminário para apresentar o “Relatório de Avaliação Parcial”, no qual estarão presentes além dos constituintes do comitê, todos os envolvidos direta e indiretamente na execução do plano, e terá como finalidade julgar a efetividade

dos resultados esperados e auxiliar nas decisões quanto a futuras intervenções, além de expor a analisar dados que dizem respeito aos objetivos e resultados almejados; demonstrar o que deu errado e ações que não foram executadas; fazer os ajustes necessários com base na experiência e nos conhecimentos adquiridos; divulgar os resultados; definir estratégias e indicadores para os meses seguintes.

Dezembro/2022 AVALIAÇÃO

Será realizada uma avaliação do plano estadual, através da realização de um seminário para apresentar o “Relatório de Avaliação Final”, sendo semelhante a primeira avaliação, porém contemplará toda a implementação e execução do plano estadual, demonstrando e avaliando objetivos e resultados; contará também com a participação de todos os envolvidos direta e indiretamente.

Ademais, poderão ocorrer encontros extraordinários a qualquer tempo mediante solicitação de qualquer órgão constituinte do comitê, nos casos em que fora do calendário pré-definido ocorram situações que exijam a participação de todos.

Macapá/AP, 27 de outubro de 2021.

JOSÉ CARLOS CORRÊA DE SOUZA

Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá

LUCIVALDO MONTEIRO DA COSTA

Diretor Presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá



Cód. verificador: 57199696. Cód. CRC: D9A26A2
Documento assinado eletronicamente por **LUCIVALDO MONTEIRO DA COSTA** em 27/10/2021 12:05 e **JOSÉ CARLOS CORRÊA DE SOUZA - CEL PM RR** em 27/10/2021 11:57, conforme decreto nº 0829/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador>



25

HASH: 2021-1028-0007-1340